

Elos de democracia e cidadania: o caso ateniense

*Carlos Alberto Vasconcelos**

Resumo

Os estudos sobre democracia passam por um processo histórico que envolve completamente toda a história da humanidade, especificamente a ocidental. Dessa forma, são importantes os momentos iniciais desta experiência e os debates sobre esse tema, como base histórico-estrutural para entendimento das contradições que permeiam a democracia contemporânea e os desafios das próximas décadas. Este artigo busca tecer algumas considerações acerca da riqueza da história antiga, particularmente da experiência e contribuição da civilização ateniense para a democracia e a cidadania.

Palavras-chave: Democracia. História. Cidadania. Ateniense.

Introdução

Os estudos sobre a questão democrática perfazem um processo histórico que praticamente abarca toda a história intelectual da humanidade, particularmente do lado ocidental. Dessa forma, os primórdios da experiência e discussão sobre a democracia são de fundamental importância, inclusive servindo como suporte histórico-estrutural para o entendimento das contradições da democracia contemporânea e dos desafios a serem enfrentados nos próximos decênios, principalmente pela falta de paradigma que contraponha a hegemonia do utilitarismo social.

* Graduado em Geografia e Pedagogia; especialista em Meio Ambiente e Educação; mestre em Geografia; doutorando em Educação; professor da Faculdade Pio Décimo em Aracaju. E-mail: geopedagogia@yahoo.com.br

Adiciona-se neste enfoque o sêmen do pensamento e da experiência democrática do povo grego, particularmente do ateniense, quando seus princípios e seus processos práticos foram observados de forma mais acurada e determinantes para o entendimento da extensão do poder político e a proximidade de uma sociedade organizada, participativa e emancipatória. A democracia ateniense serviria como baluarte histórico, mesmo em padrões aristocráticos, para que houvesse simbiose da participação política, contígua ao poder do soberano, e da qualificação dos atores sociais no processo político de adestramento ou freamento dos abusos do poder monolítico.

A colaboração ateniense é a configuração do mapa histórico da democracia ocidental, que qualifica seus participantes e, ao mesmo tempo, impõe o efeito da tolerância e respeito às diferenças entre os seres humanos. A padronização da democracia antiga grega com a influência de seus filósofos clássicos foi o estopim, mesmo que imperfeito, da formação dos Estados nacionais capitalistas a partir do século XVI e do paradigma acessível a um modo de produção baseado na exploração do trabalho.

Este artigo é substanciado basicamente em dois enfoques seminais para o entendimento da epistemologia histórica da democracia ateniense. No primeiro, discute-se o processo de formação da experiência democrática, levando em consideração seus princípios ou fundamentos nucleares, extraindo exemplos empíricos suficien-

temente claros. No segundo, busca-se explicitar o período mais importante da experiência ateniense e que seria o auge da democracia grega, o período de Péricles, destacando o papel do Estado. Neste buscou-se evidenciar as qualidades de um povo que buscou aperfeiçoar os instrumentos do poder e da importância da sociedade organizada.

Em conclusão, leva-se em consideração o posicionamento personalíssimo do autor. Salienta-se também que na composição deste texto buscou-se uma leitura de obras conhecidas pelos historiadores.

A formação do pensamento da democracia ateniense

A primeira característica ou contribuição da cultura grega é sua total influência sobre os conceitos ventilados no ordenamento político do poder, valorando a participação política dos atores sociais. Daí a preocupação com a questão democrática (CHAUÍ, 1986).

Salienta-se também que a questão da democracia perpassou todo o pensamento humano ocidental, caracterizando-se por movimentos de ascensão e regressão do ponto de vista da prática democrática. Dessa forma, efetivamente não existe apenas um conceito de democracia, tendo em vista que na linha histórica do pensamento ocidental político são várias as

vertentes e, evidentemente, uma delas é a contribuição fática e teórica do pensamento genético grego. Passemos ao seu processo de formação, inclusive como elemento introdutório de quem realmente se interessa pela democracia nos dias atuais. Observa-se que o mais seminal é entender esse processo de formação com base numa compreensão histórica e social do período clássico considerado e articulá-lo com a complexidade da atualidade contraditória de um capitalismo sem rumo e concretamente bárbaro. Vamos aos vieses.

Uma das características mais generalizadas da cultura política grega refere-se ao conceito de “cidadania”, que no nosso entendimento é um dos baluartes de fortalecimento do individualismo ocidental a partir da emanção dos pensadores clássicos do renascimento europeu no século XVII. Essa noção define a vinculação da pessoa a uma determinada prática do cotidiano, tendo como suporte a pólis, estabelecido por laços de solidariedade familiar e concomitantemente a uma permanente participação política em defesa da cidade política e da obrigação ou dever de externar seus pensamentos, vedando peremptoriamente o anonimato. Praticamente todas as cidades gregas tinham como fundamento a valorização do ser humano como cidadão participativo e dotado de valores individuais, sobretudo nas suas qualidades políticas de exercer sua visão do mundo político.

No entanto, a contribuição grega com a questão da cidadania trouxe,

em suas entranhas, um sentimento de aristocratização, tendo em vista que a generalidade da participação política não existia, beneficiando-se apenas uma minoria de letrados, composta por pessoas de famílias tradicionais. O elemento fático da família era a herança por meio da qual se buscava desenvolver as qualidades e aptidão do cidadão democrata, “geneticamente” transmitida e suscetível de aperfeiçoamento por meio da domesticação letrada da educação formal e rigorosa.

Os melhores eram, na verdade, escolhidos por critérios presunçosos e excludentes, extraídos do estrato social mais privilegiado, composto principalmente por membros mais aquinhoados da sociedade ateniense: proprietários rurais, elementos ligados ao exército de conquistas, etc. Os primeiros, por exemplo, eram denominados *eupatridai*, os quais dispunham de condições financeiras para adquirir uma boa educação e dispor de tempo para a prestação ou participação política, defendendo a cidade-nação e ocupando os melhores níveis do serviço público não remunerado.

Por outro lado, as classes desfavorecidas ou populares, segmentadas em classes médias dos pequenos proprietários (*os zeugitai*) e uma massa de explorados braçais, não tinham qualquer espaço político. Porém, paulatinamente, eles seriam admitidos principalmente nos serviços militares e cívicos. O período de Péricles teve como um dos fundamentos de sua consolidação o período áureo da democracia ateniense, com a participação

desses outrora excluídos da vida política grega. Em relação às mulheres, a vida pública era reservada: tinham participação na discussão política, porém sem direito a voz e voto no parlamento (as assembléias), apesar de sua relevância na formação da opinião pública, como se pode avaliar pelo importante papel que desempenhavam na tragédia e na comédia clássicas.

Completa-se a estratificação social ateniense com a participação do estrangeiro e da massa numérica dos escravos. O estrangeiro era admitido na cidade, com destaque para aquele que tinha posses ou dinheiro, no entanto não adquiria cidadania; inclusive com direito até à propriedade, apesar das restrições para esses alienígenas. Quanto aos escravos, sua exclusão era nítida. Estes eram mercadorias de compra e venda no mercado, desposuídos absolutamente de cidadania, e serviam apenas como suporte de sustentação do tecido social privilegiado dos que realmente tinham aptidão para a vida política. Geralmente, eram capturados nas guerras de conquistas e da submissão aos perdedores, pagando praticamente com a vida num cotidiano opressor e sem esperança. A ignorância é que os mantinha vivos numa realidade dantesca como essa.

A noção grega de cidadania continha uma implicação participatória que se conduziu à democracia, em que o processo político de difusão do poder, da monarquia à aristocracia, pôde, como no caso de Atenas, prosseguir até a incorporação de todos os cidadãos. A democracia ateniense, entretanto, mesmo depois de plenamen-

te consolidada no período de Péricles, defrontou-se com dois importantes tipos de objeção: a conservadora e a que poderíamos designar de objeção filosófica, a partir do questionamento de Sócrates.

Soma-se aos fundamentos da democracia genética ateniense a questão da pólis, não propriamente no conceito mais conhecido, ou seja, a pólis como base territorial do desenvolvimento da prática democrática, mas a articulação da vida privada familiar até a universalidade social da participação política. A pólis era um sistema autônomo de governo, que valorava substancialmente o individualismo político. A cidade tinha base cívico-territorial, suportada pela cidadania plena, residuada no território, inclusive como técnica de defesa aos bárbaros não sistemáticos alienígenas. O cidadão perpassava pelo particularismo da cidade ao universalismo da cultura helênica, esta em decorrência da forte influência do período alexandrino, que tinha a grandeza da unificação cultural do mundo conhecido. Essa cultura tinha uma dupla vertente: a racional e a mito-poética. A primeira estava patenteada culturalmente na influência das obras de Homero, racionalizando os sistemas que influenciariam a vida do cidadão: em nível político, cultural, militar e econômico. A contribuição de Homero também é completada pela visão romântica da criatividade abstrata dos mitos socialmente necessários e da poesia que dava sentido à vida.

Por outro lado, o arraigado particularismo das pólis não permitia aos gregos lograrem êxito para estabele-

cer formas estáveis de federação, ou mesmo de confederação. Os vários intentos das ligas, como a de Delos e de Arcádia, terminaram desarticulados pela propensão hegemônica de uma cidade sobre as outras, principalmente no período do auge pericleiano, no qual havia clima de tensão entre o provincialismo da pólis originária da cidadania plena e as pretensões universalistas da cultura helênica. A plenitude de seu sentido agônico conduz à antevisão trágica do desfecho que necessariamente acarretaria a decadência da influência grega durante o período antigo.

Numa democracia como a grega, além da valoração da cidadania, destacava-se a questão da liberdade, servindo como atributo fundamental ao exercício do princípio da cidadania real. A liberdade, na ótica da democracia ateniense, foi ativa, participativa e, principalmente, pública. O espaço público era venerado como uma instituição que estava acima dos humores egoísticos do individualismo. A virtude de um homem pautava-se pelo respeito à coisa pública, diferente, por exemplo, da visão do público do pensador moderno renascentista, cujo individualismo estava mais fortalecido e o privado era mais valorizado.

Nestes tempos de privatização de tudo, o resgate do pensamento clássico ateniense serve como baluarte de luta contra o individualismo neoliberal dos tempos atuais. A democracia liberal contemporânea é excludente, indiferente, sarcástica, hipócrita e predatória. O público é apropriado pelos em-

presários, matematizando os espaços e cobrando taxas para o uso; o público, nos dias atuais, é palco apenas para lutas judiciais. O povo pouco está se lixando para o público; o mais relevante é a vida privada de estereótipos sociais televisados ou o ganho fácil dos sorteios comandados por sociedades mercantis criminosas.

Voltando ao tema, a liberdade ao estilo ateniense articulava-se como o valor dado à pessoa humana individual, excluindo qualquer ditame contratual ou privatizante. O valor da liberdade vem de sua capacidade de agir conforme a razão (não a calculista ou interesseira), disciplinando seus impulsos instintivos e no aperfeiçoamento da virtude, pois se media o valor dos homens por sua *arête*, permanecendo sempre, na cultura clássica, um manifesto aristocrático que distancia o espírito nobre do espírito vulgar e irracional.

Criadores da racionalidade e de sua aplicação prática a todas as dimensões da vida, inclusive e notadamente no campo da política, os gregos não lograram, entretanto, emprestar uma eficaz continuidade ao seu saber político. O período de auge de Péricles foi profundamente racional, porém seus sucessores, na ambição do domínio imperial de terras, descortinaram as verdadeiras pretensões da real democracia, destruindo a expansão e banalização universal de uma democracia baseada na verdadeira cidadania participativa, diferente da utilitária do Renascimento no capitalismo mercantil-liberal.

Porém, esses valores foram concretamente aproveitados, principalmente no ensino e na expansão do cristianismo. A referência de Deus como elo de salvação e do homem como ser pecador, mas com capacidade suficiente para a remissão de suas falhas vulgares, tornar-se-ia um processo de melhoramento do espírito humano e da compreensão da totalidade da existência humana.

Retornando a uma das objeções da concreção da democracia ateniense, é pertinente abordar o questionamento de Sócrates e também de Platão. Estes iluminados desenvolveram a idéia do Bem em sua forma mais suprema e nas várias modalidades que ostentavam, princípios ordenadores das faculdades da alma, cuja harmonia e felicidade dependem de sua conformidade com ela. Uma vez apreendida, a idéia do Bem torna-se uma evidência irrecusável e induz à consistente prática da virtude. A virtude para compreender o bem e praticá-lo.

Para os nossos ilustres filósofos, o exercício da política tem de ser de qualidade; requer, previamente, uma longa educação e não pode ser confiado ao irresponsável arbítrio de homens que não tenham internalizado, profunda e consistentemente, a idéia de justiça e a idéia suprema do Bem.

Infelizmente, o exercício do poder político contemporâneo é conduzido pela escória da humanidade. Desde a nossa realidade micro (o prefeito de São Cristóvão em Sergipe, no Brasil, o populista-privatista Armando Bata-lha) até em nível macro (o ex-presiden-

te e intelectual Fernando Henrique Cardoso), percebe-se que as qualidades do exercício político preconizadas por uma cabeça iluminada como a de Sócrates há mais de 2 500 anos ainda estão para ser feitas; ou, ainda, indo mais longe, pelos requisitos deles extraídos, praticamente é impossível surgir um líder do público aos moldes da pureza política e espiritual bem determinada pelo filósofo dos filósofos.

O que impera é a privatização do espaço público e o domínio de detentores do espaço material e imaterial, protegidos por ordenamentos jurídicos que pregam a desigualdade e a guerra, açambarcado em hipocrisias de leis socialmente incontestáveis. Estamos indo para a barbárie e o fim da espécie humana. O individualismo absoluto do mercado e o consumismo agressivo ao meio ambiente mutilam qualquer capacidade de redenção da humanidade. E que venha o inferno com suas conseqüências imprevisíveis.

Finalmente, dois foram os problemas críticos da administração das póleis e do exercício da democracia em Atenas durante o período histórico em que puderam sobreviver: um de caráter político-institucional, que diz respeito ao fato de que a cidade grega – diversamente do que ocorreria com Roma – não foi capaz de criar verdadeiras magistraturas, exceto os estratigos. Se é verdade, de um lado, que todos os cidadãos dispunham de um mínimo suficiente de aptidão política para discernir as complexas relações da prática política, de outro, convém instituir que as cidades-políticas deve-

riam compor um quadro competente de especialista para que verdadeiramente se aplicasse a democracia em sua plenitude.

A segunda carência da cidade grega, além da formação do quadro perene de magistrados, era a formação também de especialistas para a sua gestão financeira. Por falta de um apropriado e razoável sistema tributário, baseado, por exemplo, no princípio da isonomia dos contribuintes, a democracia grega não tinha como arrecadar recursos para o sustento de seus próprios condutores políticos. O poder político dependia das doações irregulares das pessoas mais ricas da sociedade, criando, evidentemente, um elo permanente de dependência, contribuindo para o esgarçamento do tecido social e domínio posterior dos bárbaros militarmente mais organizados.

Infelizmente, a experiência da democracia grega seria determinada pela efemeridade em suas práticas de poder, de forte perenidade na constituição de normas do pensamento. O pensamento grego estabeleceu os princípios básicos da racionalidade, que a cultura clássica, mais do que uma extraordinária variante das possibilidades culturais do homem, se constituiu no fundamento necessário de toda cultura racional possível (JAGUARIBE, 1982).

O exemplo histórico: a democracia de Péricles

A formação do pensamento grego como fundamento à compreensão da origem do conceito de democracia não ficaria apenas no plano abstrato das idéias e do desenvolvimento de suas categorias teóricas. A aplicação prática deu-se também contemporaneamente ao desenvolvimento de suas idéias, com destaque ao período de gestão de Péricles, o qual se caracterizaria, do ponto de vista do poder político, como o período de consolidação da democracia.

Péricles sucedeu a Ephialtes na direção da corrente mais aberta e democrática de Atenas, dominando por três décadas o poder político nessa cidade-estado, até a sua morte (em 429 a.C.); realizou uma extraordinária obra política, social e cultural, abrangendo todos os aspectos da vida ateniense.

Herdeiro de um processo democrático que vinha desde Clístenes, o nosso estadista consolidou um processo institucional, aplicando medidas que ampliariam ainda mais a soberania popular e assegurariam seu exercício. Devido à sua autoridade moral, logrou manter o processo democrático dentro de uma confortável margem de viabilidade social, econômica e política. Ele foi o líder democrático que viabilizou a Liga de Delos no Império Ateniense, investiu na valorização da cultura arquitetural e na vida artística da cidade.

A formação do Império de Atenas não se processou como mero capricho de Péricles. Afinal, estavam em jogo importantes questões para as quais, nas circunstâncias econômicas, sociais e culturais de Atenas e da Grécia, a solução imperial seria a mais viável. Duas delas merecem atenção: primeiro, pela não-beliculosidade entre os confederados das cidades-estados, haja vista que pelo próprio êxito inicial da Liga de Delos foi se dissipando qualquer pretensão de animosidades entre seus membros; segundo, pelo próprio funcionamento da democracia na cidade de Atenas, não haveria a intenção de consolidar o império nos moldes da dominação a toda força às demais nações.

O processo de acumulação do poder político e econômico não era a meta dos atores do poder em criar excedentes; além disso, a cidade era importadora de alimentos, e seu comércio era dominado por estrangeiros. O que existia era uma divisão interna do trabalho, garantindo o emprego de seus cidadãos (bem como dos não-cidadãos) para a numerosa força de trabalho, aplicada na tripulação dos navios e na produção destes. Acrescente-se também a formação de colônias de povoamento, por meio do sistema de clerúquias, mediante o qual terras requisionadas de rebeldes eram atribuídas aos cidadãos atenienses para colonização, sem perda de seus vínculos de cidadania. A Atenas de Péricles era habitada por uma população que compreendia três estratos impermeáveis: os cidadãos, os estrangeiros livres (os

metecos) e os escravos (já discorremos em linhas acima).

Os escravos, por exemplo, não tinham o direito à cidadania, porém eram protegidos de maus-tratos, facultando-se-lhes o direito a pedir asilo e revenda a outro comprador. Na prática, não havia distinções entre cidadãos, metecos e escravos, para todos os fins correntes da vida. Praticamente usavam a mesma indumentária, recebiam o mesmo pagamento por idêntica tarefa e participavam da vida urbana, exceto no que se referia à participação política. É o que ocorre inversamente na atualidade. As diferenças sociais são abissais, com forte discriminação de classe, cor, sexo e até local de habitação, porém “todos são iguais perante a lei”. É a democracia burguesa e protestante.

É óbvio que existiam diferenciações sociais para a realidade ateniense do período de Péricles. Entre essas estava a discriminação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. As classes sociais efetivamente existiam. Apesar do estilo aristocrático de parte dos cidadãos atenienses, estes eram proprietários de suas casas, que, porém, não eram suntuosas. O vestuário era simples, bem como sua alimentação – imagine se compararmos com nossas elites cablocas, entreguistas e excludentes.

Péricles era embebido de patriotismo, de formação aristocrática e desde sua infância sempre tivera contato com atores que exerciam cargos eminentemente públicos. Na verdade, em sua vida produtiva ele vivia de modes-

tos rendimentos da propriedade que herdara do pai e que ficara entregue confiadamente a um administrador.

Graças aos ditames de uma sólida formação política e à aquisição da experiência dos governos anteriores, Péricles consolidou o sistema constitucional da democracia direta, exercida pelo povo (como, por exemplo, a inconstitucionalidade de lei que contrarie o interesse público). As assembleias eram realizadas com frequência, quase uma vez por semana. A linha de Péricles, a partir do assassinato de seu antecessor, tinha a meta de aprofundar e consolidar as características democráticas das instituições atenienses e das práticas destas, preservando, ao mesmo tempo, um profundo senso de medida e equidade nas relações entre estratos e grupos sociais.

Um dos grandes feitos de Péricles seria a institucionalização de impedimentos normativos que violassem o sistema jurídico imperante, consolidado no princípio do interesse público e da abertura na estrutura política de espaços para pessoas de origem social mais modesta e que tivessem voz e voto.

Do ponto de vista prático, uma das inovações do nosso estadista seria a garantia do pagamento, pelo Estado, das magistraturas que exigiam período integral. No entanto, o valor montante era menor que a remuneração de um trabalhador, com deliberado propósito de não tornar o salário público mais atrativo que os proventos do trabalho. Mas o objetivo foi plenamente alcançado e a democracia ateniense, tanto

no plano normativo como na realidade fática, tornou-se uma forma de pleno exercício da soberania por todos os cidadãos, sem quaisquer restrições de classe.

Do ponto de vista político, na questão do imperialismo ateniense, a sua justificação fundamentava-se no fato de que Atenas era, realmente, a suprema cidade da Grécia. Nenhum povo, como declarou oração fúnebre, poderia sentir-se humilhado por estar sujeito à hegemonia dos atenienses, apenas que reconhecesse a superioridade política da democracia experienciada em Atenas.

É evidente que a prática política de Péricles se estenderia além de suas inovações no campo do poder político. A expansão econômica foi considerável, favorecida principalmente pelo clima de liberdade política e da abertura às transações comerciais com os estrangeiros. Na ótica cultural, o período de Péricles foi marcado pela riqueza da criatividade artística, fundamentada na grande importância da reconstrução da Acrópole, destruída pelos persas, servindo como suporte para o exercício de práticas cívicas e religiosas.

Quanto à educação do ateniense, tinha pouco em comum com a educação de Esparta. Em Atenas vê-se o Estado como um meio de assegurar a liberdade pessoal, criando as condições vantajosas para sua educação. Considera-se a instrução dos jovens como missão essencial do Estado, mas não se coage o indivíduo nesta empresa; deseja-se que, por convicção própria, as classes

sociais façam sua tarefa das gerações. Daí, percebe-se que o Estado, mesmo sendo titular da vida do cidadão, não detinha o monopólio educacional. Os pais tinham a obrigação de cuidar que seus filhos se preparassem eficazmente para a vida, mas dentro de um ambiente de liberdade, de certa forma conduzindo-os à emancipação. Trata-se de um estado de cultura, de uma organização política que conduz Atenas ao desenvolvimento harmônico da personalidade.

Considerações finais

Este breve estudo bibliográfico teve a finalidade de resumir a riqueza da história antiga, particularmente da experiência ateniense no campo da prática democrática, tendo em vista que algumas de suas linhas podem ser comparadas à celeuma contemporânea da democracia burguesa, fundada com a Revolução Francesa, capturada pelas classes dos detentores dos meios de produção: a primeira refere-se às qualidades dos agentes públicos, ou seja, quem deve ter competência para o exercício da política em sua totalidade? Não qualquer ser humano. Ele teria que ser dotado de qualidades morais, culturais e espirituais para que a visão no trato com a coisa pública fosse o mais isonômico possível, o que diferencia substancialmente o conceito de democracia nas sociedades burguesas. Nestas, mesmo com a retórica da participação do povo e da

liberdade em sua totalidade (opinião, pensamento, ir e vir, etc.), o elemento tácito determinante é o poder econômico, que compra cidades, votos, adentra pessoas, mascarando a verdadeira intencionalidade da burguesia: a captura do Estado em benefício de seus interesses. E para a realidade brasileira, a questão ainda é mais contraditória.

Uma segunda e significativa diferença seria a não-prática discriminativa de conceitos no cotidiano da estrutura social ateniense. Mesmo sob os fundamentos de uma aristocracia, a seletividade social era determinada mais pelas qualidades morais do que pelas propriamente econômicas, o que não ocorre, evidentemente, na atualidade, na qual até um estúpido mercador, dono de redes de supermercado ou de televisão, pode dominar mentes cultas, sob a prevalência da concepção “eterna” da propriedade privada.

Outra seria a convivência harmônica com as diferenças. Apesar da concepção de hegemonia do imperialismo de Atenas, não havia a intenção de pilhar e destruir culturalmente o outro. Apenas haveria a necessidade de reconhecimento da superioridade política e militar de Atenas, excluindo qualquer opressão ou humilhação do diferente.

Por fim, o homem é incapaz de viver isolado e, para ser ele mesmo, tem necessidade de estabelecer relações com os seus semelhantes. Como salienta Aristóteles:

Para ser cidadão não basta habitar no território da cidade, nem gozar do direito de empreender uma ação judiciária. Para ser cidadão e viver em uma sociedade democrática, se faz necessária, entre outras coisas, a participação no seio político de uma cidade, estado e país” (apud CHAUÍ, 1997, p. 381).

Numa sociedade onde os ideais democráticos são redimidos ou reprimidos, é impossível exercer-se a cidadania. Ambas, cidadania e democracia, indicam como eixo fundamental a idéia de soberania popular, a afirmação de que a ordem política e até mesmo social é produzida pela ação humana, que envolve relações coletivas, participativas e emancipatórias. Nesse contexto, tem-se a eclosão do ideal da formação completa e ideal do homem, tanto do corpo como da mente.

Finalizando este arcabouço teórico, salientam-se as idéias e conceitos gregos que permearam toda uma transformação na sociedade grega e que ainda continuam como sendo anseio de uma sociedade moderna ou pós-moderna. Dentre esses estão o conceito de liberdade política no Estado e, por meio dele, a idéia de que a educação é a preparação para a cidadania, e o conceito moral de personalidade, ou seja, cada indivíduo encontra na sua natureza racional o direito de determinar os seus próprios fins na vida.

Abstract

Links of citizenship and democracy: the athenian case

Studies about democracy are part of a historical process that involves all the history of humanity, specifically, the western. Therefore, the initial moments of such experience are very important, as well as the debates about such topic as a historical and structural basis for the understanding of the contradictions that permeate the contemporary democracy, and the challenges of the next decades. This article aims to make some comments on the great importance of Ancient History, particularly about the experience and contribution of the Athenian civilization to the processes of democracy and citizenship.

Key words: Democracy. History. Citizenship. Athenian.

Referências

ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Poética*. Trad. de Eudoro Sousa. Porto Alegre: Globo, 1996. (Biblioteca dos séculos).

BOBBIO, Noberto. *Liberalismo e democracia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, p. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões da nossa época, 19).

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FINLEY, M. *Los griegos de la antigüedad*. Barcelona: Labor, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

JAGUARIBE, Hélio et al. (Org.). *A democracia grega*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

PINSK, Jaime (Org.). *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 1992.

SANTOS JR., Walter. *Democracia: governo de muitos*. São Paulo: Scipione, 1996. (Série Opinião e debate).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 34. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 5).

SÓFOCLES. *Édipo rei – Antígona*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção Obra-prima de cada autor, 99).

VALARELLI, Moema. Cidadania e democracia. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, ano 37, n. 298, jul. 1999.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.